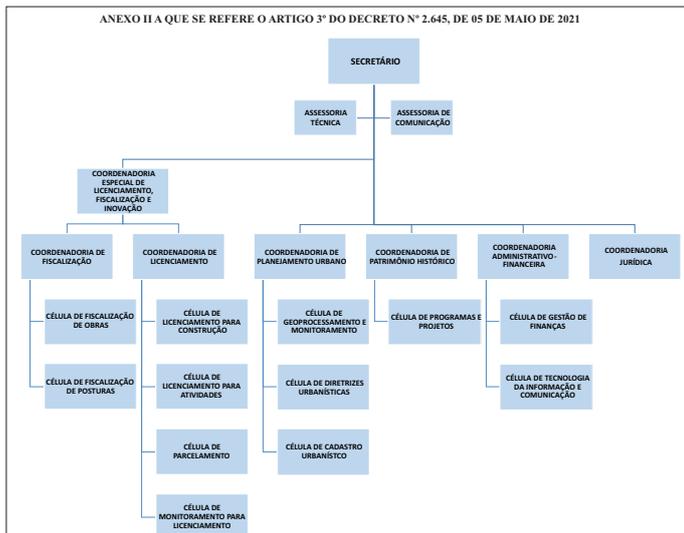


porquanto necessita estar alinhada às políticas e estratégias de ação governamental, visando proporcionar a eficiência na prestação dos serviços públicos. DECRETA: Art. 1º Fica alterada a estrutura organizacional da Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), na forma que integra o Anexo I do presente Decreto. Art. 2º Ficam distribuídos na estrutura organizacional da Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) 37 (trinta e sete) cargos de provimento em comissão, integrantes dos Anexos I e II da Lei nº 1.607, de 02 de fevereiro de 2017, e suas alterações, conforme estabelecido no Anexo I deste Decreto, com sua distribuição, simbologia, denominação e quantidades ali previstas. Art. 3º O organograma representativo da estrutura organizacional da Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) é o constante do Anexo II deste Decreto. Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 2.588 de 26 de fevereiro de 2021. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 05 de maio de 2021. Ivo Ferreira Gomes - PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL - Marília Gouveia Ferreira Lima - SECRETÁRIA DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º DECRETO Nº 2.645, DE 05 DE MAIO DE 2021			
SEUMA			
CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	
Secretário	S-1	01	
Coordenador Especial	DG-1	01	
Direção de Nivel Superior 2	DNS-2	06	
Direção de Nivel Superior 3	DNS-3	14	
Direção de Assessoramento Superior 1	DAS-1	07	
Direção de Assessoramento Superior 2	DAS-2	05	
Direção de Assessoramento Superior 3	DAS-3	03	
TOTAL		37	

ESTRUTURA	CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
1. GABINETE	Secretário	S-1	01
2. ASSESSORIA TÉCNICA	Assistente Técnico I	DAS-1	01
3. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	Assessor de Comunicação	DNS-3	01
4. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO URBANO	Coordenador	DNS-2	01
4.1. Célula de Geoprocessamento e Monitoramento	Gerente	DNS-3	01
	Assistente Técnico I	DAS-1	01
4.2. Célula de Diretrizes Urbanas	Gerente	DNS-3	01
	Assistente Técnico I	DAS-1	01
4.3. Célula de Cadastro Urbanístico	Assistente Técnico I	DAS-1	01
5. COORDENADORIA ESPECIAL DE LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E INOVAÇÃO	Coordenador Geral	DG-1	01
5.1. COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO	Coordenador	DNS-2	01
	Gerente	DNS-3	01
5.1.1. Célula de Licenciamento para Construção	Assistente Técnico I	DAS-1	02
	Gerente	DNS-3	01
5.1.2. Célula de Parcelamento	Assistente Técnico II	DAS-2	01
	Gerente	DNS-3	01
5.1.3. Célula de Monitoramento para Licenciamento	Assistente Técnico II	DAS-2	01
	Gerente	DNS-3	01
5.1.4. Célula de Licenciamento para Atividades	Assistente Técnico I	DAS-1	01
	Assistente Técnico III	DAS-3	01
5.2. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO	Coordenador	DNS-2	01
	Gerente	DNS-3	01
5.2.1. Célula de Fiscalização de Obras	Assistente Técnico II	DAS-2	01
	Assistente Técnico III	DAS-3	01
5.2.2. Célula de Fiscalização de Posturas	Gerente	DNS-3	01
	Assistente Técnico II	DAS-2	01
	Assistente Técnico III	DAS-3	01
	Coordenador	DNS-2	01
6.1. Célula de Programas e Projetos	Gerente	DNS-3	01
	Assistente Técnico II	DAS-2	01
7. COORDENADORIA JURÍDICA	Coordenador	DNS-2	01
	Articulador	DNS-3	01
8. COORDENADORIA ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA	Coordenador	DNS-2	01
	Gerente	DNS-3	01
8.1. Célula de Gestão de Finanças	Gerente	DNS-3	01
8.1. Célula de Tecnologia da Informação e Comunicação	Gerente	DNS-3	01
TOTAL			37



DECRETO Nº 2.667, DE 27 DE MAIO DE 2021. INSTITUI COMISSÃO DE TRABALHO PERMANENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO GABINETE DO PREFEITO, NA FORMA QUE INDICA. O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, incisos IV e X, da Lei Orgânica do Município de Sobral, e CONSIDERANDO a necessidade do constante aprimoramento das ações de segurança institucional; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a abrangência e os limites de atuação da segurança institucional no apoio operacional e garantia da segurança das autoridades públicas; CONSIDERANDO a relevância da segurança institucional para garantir o livre e independente exercício das missões constitucionais no âmbito do Poder Executivo Municipal. DECRETA: Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Gabinete do Prefeito, a Comissão de Trabalho Permanente de Segurança Institucional, com a finalidade de promover as condições precípua de segurança a fim de possibilitar às autoridades públicas o pleno exercício de suas atribuições. Art. 2º Compete à Comissão de Trabalho Permanente de Segurança Institucional: I - realizar a escolha e acompanhamento de autoridades no âmbito do Poder Executivo Municipal, sempre que a situação recomendar; II - realizar o planejamento, a execução e a manutenção da segurança das autoridades públicas no âmbito do Poder Executivo Municipal, quando no exercício de suas atividades profissionais e, em casos excepcionais, assim definidos pelo Gabinete do Prefeito; III - planejar ações de inteligência com vistas a garantir a segurança institucional; IV - deliberar sobre os pedidos de proteção especial; V - elaborar o plano de segurança institucional; VI - oferecer formação para a preparação de agentes de segurança institucionais; VII - Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas. Art. 3º A Comissão de Trabalho Permanente de Segurança Institucional será composta por 01 (um) Coordenador e 07 (um) membros. Parágrafo único. Os membros da Comissão de Trabalho Permanente de Segurança Institucional de que trata este Decreto farão jus à Gratificação de Trabalho Técnico Relevante, instituída pelo art. 1º da Lei nº 116/97 c/c art. 54 da Lei nº 1.607, com suas alterações posteriores, nos seguintes valores:

FUNÇÃO	EQUIVALENTE À SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
Coordenador	DNS-1	01
Membro I	DNS-3	01
Membro II	DAS-1	06

Art. 4º Os membros da Comissão de Trabalho Permanente de Segurança Institucional de que trata o presente Decreto serão designados por ato do Secretário do Planejamento e Gestão. Parágrafo único. O Secretário do Planejamento e Gestão poderá designar servidores lotados na Guarda Civil Municipal de Sobral para compor a Comissão de Trabalho Permanente de Segurança Institucional. Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 27 de maio de 2021. Ivo Ferreira Gomes - PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL - Luiz Ramon Teixeira Carvalho - SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 2.668, DE 27 DE MAIO DE 2021. INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL, COM A FINALIDADE DE ESTUDAR E ELABORAR PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DAS EQUIPES DE TRABALHO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SOBRAL, NA FORMA QUE INDICA. O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Sobral, DECRETA: CONSIDERANDO a necessidade de se realizar estudos e pesquisas com a finalidade de propor a atualização da normatização jurídica do Município, notadamente às relativas ao âmbito de atuação da Secretaria do Planejamento e Gestão do Município de Sobral; CONSIDERANDO a necessidade de otimizar e definir o padrão de procedimentos e normas a ser seguido pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal; CONSIDERANDO que a atualização das normas jurídicas se constitui em condição sine qua non para fundamentar as ações de modernização do Poder Executivo Municipal; CONSIDERANDO que a padronização de procedimentos e normas visa conferir maior eficiência à ação do Poder Público. DECRETA: Art. 1º Fica instituída Comissão Especial, com a finalidade de estudar e elaborar proposta de regulamentação das equipes de trabalho da Guarda Civil Municipal de Sobral (GCMS). Art. 2º A Comissão Especial de que trata este Decreto será formada: I - pelo Secretário do Planejamento e Gestão; II - pela Secretária da Segurança Cidadã; III - pelo Secretário do Trânsito e Transporte. Parágrafo único. Para a consecução dos seus trabalhos, a Comissão Especial poderá convidar servidores com a finalidade de colaborar na construção da proposta de regulamentação de que trata este Decreto, em especial os envolvidos nos trabalhos das equipes. Art. 3º A proposta de regulamentação objeto de propositura pela Comissão Especial, deverá contemplar os seguintes as seguintes Equipes de Trabalho: I - Ronda Ostensiva Municipal; II - Ronda Escolar; III - Patrulha Maria da Penha; IV - Supervisão Operacional;